



ATA N.º 5/2017

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 2 DE MAIO DE 2017

-----No dia 2 de maio de 2017, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2017 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 26 de abril de 2017 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano;*
- PONTO 3 - *Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta referente à Revisão ao Anexo I do contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagos - 2017;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta referente a abertura de procedimentos concursais únicos para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 21 horas, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	José António Espírito Santo Nunes (Secretário da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato



Fl. 65v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
INDEPENDENTE	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	António Marreiros Gonçalves	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros Azevedo	1 dia	Alexandra Cristina Neves Pargana
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	1 dia	José Manuel da Silva Jácome

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:**



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
LCF	José Manuel da Silva Jácome	1 dia	Mário Augusto da Assunção de Pereira

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da de São Gonçalo de Lagos)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	José António Espírito Santo Nunes (Secretário da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)	Substitui o Sr. Carlos Saúde Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos).

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
LCF	Mário Augusto da Assunção de Pereira

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO A MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No passado dia 11 de abril faleceu



Fl. 66v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Jerónimo Guerreiro de Oliveira Escala. Jerónimo Guerreiro de Oliveira Escala foi eleito Vereador na Câmara Municipal de Lagos no Mandato de 1977 a 1979. Foi eleito nesta Assembleia Municipal no Mandato de 1983 a 1985. Em sua memória, propomos: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 2 de maio de 2017 delibere: 1 – Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de Jerónimo Guerreiro de Oliveira Escala, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. 2 – Expressar as suas sentidas condolências à sua família.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 43/AM/2017:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória do Senhor Jerónimo Escala.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO CORRENTE ANO:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-590-13.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que as revisões ao Orçamento podem ser feitas através da distribuição do saldo apurado e também do excesso de cobrança de receitas, sendo que no caso trata-se de afetar um saldo de gerência de cerca de doze milhões e quatrocentos mil euros, de redistribuição de receitas provenientes de fundos comunitários, no valor de cerca de oitocentos e trinta mil euros, e de receita proveniente do mecanismo de perequação do Plano de Urbanização da Meia Praia, com o valor de cem mil euros. Perguntou o porquê da verba proveniente da perequação não ter aparecido aquando da aprovação do Orçamento da Câmara Municipal para 2017 e só aparecer agora. Disse que a Câmara Municipal, para o caso da revisão ao Orçamento em apreciação ser aprovada, vai ter um acréscimo de cerca de treze milhões e quatrocentos mil euros ao seu Orçamento para 2017. Referiu que a verba destinada ao pagamento do PAEL não lhe parecia suficientemente dotada para o efeito. Disse que a verba para aquisição de água tinha sido reforçada em dois milhões e cem mil euros, pelo que perguntou se quando foi elaborado o Orçamento não era sabido, mais ou menos, a verba necessária para aquisição de água, pois situações deste género levava-o a concluir que o Orçamento apresentado para 2017, estava errado, uma vez que as previsões tinham sido mal feitas. Solicitou informação relativamente à verba para Estudos, Pareceres, Projetos, Consultadoria e Assistência Técnica. Disse que cerca de quarenta e sete por cento da verba a afetar ao Orçamento, destina-se a despesas correntes e cinquenta e três por cento estão atribuídas ao investimento, o que revela que está a ser antecipada despesa, em ano de eleições. Terminou afirmando que, na opinião do Grupo Municipal do PSD, o PS



está a querer fazer campanha com dinheiros públicos.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da AM e Srs. membros da Mesa da AM; Sra. Presidente da CM e Srs. Vereadores da CM; Caros Membros da AM; Duas pequenas anotações da nossa parte. A primeira, o cuidado que a proposta tem em canalizar logo para a 1.ª Revisão Orçamental o conjunto de verbas disponíveis, provindas das diversas áreas, incluindo o saldo de gerência, de modo a provisionar um conjunto de verbas para ações ou sectores que entende que ficaram deficitários, ou incompletos, no Orçamento para 2017. A verba total é substantiva, de 13 380 mil euros, correspondendo a mais de 20% do valor do Orçamento inicial. Ouvimos a intervenção do membro do PSD, pelo que estaremos atentos às explicações a dar pela CM. A segunda nota é relativa a algumas dúvidas que o documento nos deixou, não só na aplicação dos reforços de verbas, como na ausência delas. Em relação à aplicação de verbas, o valor de 2 100 mil euros de reforço ao pagamento de água é uma verba que representa 150% do valor inicial: 1 400 euros. Pode a câmara dar uma explicação de tão grande insuficiência orçamental? Depois há um aumento substancial também na rubrica de “bens de património histórico, artístico e cultural” 1 075 mil euros. Uma pequena explicação seria possível? Em relação às ausências, refiro-me à anotação que o documento faz sobre o PAEL. Se bem lemos o texto, neste momento a CM ainda não tem posição sobre se vai executar a substituição ou não da dívida. Poder-nos-ia ser dito o que faz a CM hesitar em tomar uma decisão, quando durante o debate do orçamento para 2017 nos parecia que a CM já tinha uma posição mais definida? Sobre as alterações ao PPI, nada a reportar. Ouvidas as explicações que pedimos, o Grupo Municipal Independente votará favoravelmente esta 1.ª revisão apresentada pela CM.”-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que algumas rubricas tinham ficado incompletas na proposta de Orçamento apresentada, para 2017, pelo que foi necessário reforçar algumas. Sobre o PAEL disse que a Câmara Municipal tinha consultado os Bancos para contrair empréstimo para liquidação do valor em causa, mas os mesmos não satisfizeram as pretensões da Câmara Municipal, pelo que foi ponderado efectuar o pagamento através de verbas a arrecadar pela Câmara Municipal, no seguimento de receita arrecadada, até ao final de 2017.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o documento em apreciação é esclarecedor e detalhado. Referiu que a revisão em causa ajusta alguns valores, nomeadamente na questão da água e do saneamento. Disse que o Orçamento apresentado em 2016, para 2017, não estava incorrecto, o mesmo tem é uma gestão própria derivado do saldo de gerência. Sobre o PAEL reforçou as palavras proferidas pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, sobre o assunto. Em relação aos quarenta e três por cento da verba a afetar à despesa corrente e aos cinquenta sete por cento da verba a afetar à despesa de capital, disse que a Câmara Municipal, por um lado é acusada de realizar obras em ano de eleições, por outro, não faz obras, pelo que não percebia a opinião dos Grupos Municipais, apenas compreendia que o que estava em causa era dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal nos últimos três anos, que é



Fl. 67v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

continuar a consolidar a situação financeira, fazer tudo o que é necessário e fundamental para melhorar a qualidade de vida do Município.-----

-----O Sr. José Santos (BE) solicitou esclarecimentos sobre a verba, acima de três milhões de euros, para a rubrica “outros trabalhos especializados”.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que o que lhe preocupava em relação ao PAEL, era os condicionamentos provocados na gestão da Câmara Municipal, pelo que era de todo interessante liquidar o valor em dívida, mas possivelmente seria mais vantajoso contrair empréstimo junto da banca do que estar a pagar o PAEL com verbas provenientes de receitas a arrecadar pelo Município.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU, subscrevia as preocupações levantadas pelos anteriores oradores. Referiu que o facto de terem sido detectadas, nos primeiros três meses do ano, necessidades de reforço, volumoso, de determinadas rubricas, revelava que algo não estaria certo, pelo que parece que as rubricas em causa não foram devidamente dotadas, propositadamente, na proposta de Orçamento para 2017, apresentada pela Câmara Municipal no final de 2016. Sobre o PAEL disse que o mesmo deveria ser abatido através de verbas provenientes do saldo do ano anterior, pelo que considera que a verba destinada para o efeito, apresentada na documentação em apreciação, deveria ser maior.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD), em relação à pretensão da Câmara Municipal, relativamente ao pagamento do PAEL, disse concordar com a mesma. Disse que os Orçamentos podem ser geridos de maneiras diferentes, mas no entendimento do Grupo Municipal do PSD, um Orçamento que é anual deve prever as verbas certas a gastar e que são conhecidas, uma vez que se trata de uma questão de rigor. Referiu concordar com as palavras proferidas pelo Sr. José Manuel Freire, no início da sua intervenção.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Câmara Municipal tem cumprindo as obrigações referentes ao PAEL e tem vindo a amortizar o mesmo desde 2015, sendo que a verba em dívida rondava os quatro milhões de euros. Referiu que não tendo a banca dado resposta positiva às pretensões da Câmara Municipal, o que estava previsto era amortizar a dívida em um milhão de euros ainda no primeiro semestre de 2017 e tentar liquidar o restante valor até ao final do ano de 2017, verificando-se assim uma poupança significativa em juros. Perguntou ao Sr. Rui Araújo qual seria a opção que o PSD tomaria em relação à integração do saldo de gerência no Orçamento de 2017 da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que não estava a defender ninguém em particular, apenas estava a defender a população. Referiu que quando leu o documento em apreciação, achou-o bem feito e concordava com o facto de todas as verbas disponíveis se enquadrassem numa revisão, revelando uma visão de gestão consciente. Disse que era totalmente favorável à proposta apresentada pela Câmara Municipal. Disse que seria de todo interessante que numa próxima Revisão ao Orçamento, caso a mesma se verifique, a rubrica referente ao abatimento do PAEL fosse reforçada e o restante valor em dívida seria alvo de ponderação, relativamente à forma como o liquidar.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD, o que faria em relação ao PAEL era



liquidá-lo, sendo que ainda sobrava verba para o pessoal e para investir nas escolas.--
-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que a Câmara Municipal tem necessidades de fundos, pois tem muitas obras para realizar, pelo que, na sua opinião era uma medida de boa gestão, aceitar um financiamento bancário para liquidar o PAEL a uma taxa de juro mais baixa do que a praticada para pagar o PAEL.-----
-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO CORRENTE ANO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	IND	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	0	1	0	13
ABSTENÇÕES	0	0	2	3	0	1	6
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 44/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano, nos termos consignados na alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de abril de 2017.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O PSD votou contra porque esta é uma opção política com a qual discordamos pelos motivos mencionados anteriormente.”-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-590-15.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF), fez a seguinte intervenção: “O registo e monitorização de Reclamações, queixas, sugestões e elogios em termos comparativos mostra-nos o seguinte:

	31-01-2017	31-03-2017
Total de Reclamações – 51	75	24
Ambiente, Espaços e Equipamentos – 24	47	23
Licenciamentos e Fiscalização – 6	1	
Águas e Saneamento – 16	20	
Cultura e Turismo - 1	1	
Gestão, Planeamento e Controlo -1		
Educação, Juventude e Desporto – 1	2	
Projetos, Concursos e Empreitadas – 1		
Recursos Humanos - 1		



Fl. 68v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Total de Queixas – 20

<input type="checkbox"/> Ambiente, Espaços e Equipamentos – 2	4
<input type="checkbox"/> Licenciamentos e Fiscalização – 16	13
<input type="checkbox"/> Habitação e Ação Social – 1	
<input type="checkbox"/> Educação, Juventude e Desporto - 1	

O aumento das reclamações deve-se no seu total ao Ambiente, Espaços e Equipamentos, ou seja, do total do aumento das reclamações, 24, 23 são desta área. Não sabemos o teor das reclamações mas, efetivamente a forma como a recolha dos resíduos urbanos está a ser feita é caótica por toda a cidade, tendo imensos reflexos no impacto visual e seguramente não eleva a imagem da cidade que pretende ser exemplo a nível de imagem turística, acrescenta-se também o estado em que as rotundas e outras áreas publicas se encontram, com uma vegetação selvagem exuberante e sem controlo. Nas redes sociais têm sido colocados exemplos e críticas manifestando o desagrado de tal situação e retratando o aproveitamento das gaiotas em torno tema. Na área do atendimento verifica-se um decréscimo substancial em relação ao período anterior

No período em apreço foram atendidos um total de 9.089 cidadãos das áreas	6105
Relativamente a assuntos administrativas de água e saneamento (2818), licenciamento de atividades diversas (2309),	1870 1585
regime jurídico da urbanização e edificação (2246),	1730
execuções fiscais (882),	424
ação social, cultura e educação 756	446
marcação de reuniões (78),	50
tendo sido rececionadas e registadas um total de 2866 petições dos cidadãos.	1822

Estes piques sazonais demonstram a necessidade de uma gestão dos recursos humanos que leve a garantir os serviços, mas ao mesmo tempo numa perspetiva de que os recursos por escassos devem ser maximizados na utilização de forma ao benefício do município.”-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que o documento em apreciação reflete a atividade da Câmara Municipal. Relativamente à Ação Social, disse ter verificado uma diminuição a nível do atendimento, mas ao nível dos apoios verificou um aumento, no entanto os números referentes aos aumentos não são discriminados. Disse que os aumentos referidos, relacionados com apoios sociais, deixavam o PSD preocupado. Referiu que a Informação da Sra. Presidente, não faz referência ao que a Câmara Municipal estava a fazer relativamente aos sem-abrigo, pelo que considerou necessário que a Rede Social traçasse uma matriz de intervenção ligada ao fenómeno dos sem-abrigo e ao fenómeno da exclusão social, uma vez que tem verificado o aumento de casos relacionados, no Concelho. Sobre a utilização do refeitório municipal, disse que quem explora o mesmo, o Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal (CCD), tem um regulamento de



utilização do mesmo que não se percebe se é destinado aos sócios do CCD ou se a todos os utilizadores do refeitório, acrescentando que muitos trabalhadores da Câmara Municipal não são sócios do CCD. Referiu que as refeições para os não sócios do CCD são mais caras do que para os sócios, considerando tal facto injusto.-

-----O Sr. José Santos (BE) disse que não tinha ficado surpreendido com o facto da procura por habitação, junto da Câmara Municipal, ter tido um grande aumento, dado aos preços praticados relativamente ao aluguer e compra de habitação no Concelho, pelo que seria de todo interessante que a Câmara Municipal começasse a pensar em promover a construção de habitação a custos controlados.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da AM e Srs. membros da Mesa da AM; Sra. Presidente da CM e Srs. Vereadores da CM; Caros Membros da AM; Caros lacobrigenses aqui presentes. Como sempre dissemos, este é sempre um momento central da atividade fiscalizadora da AM sobre a gestão municipal. E como dizíamos na sessão de Fevereiro último, “ao longo destes anos do mandato, sempre cuidámos em fazer uma análise fiscalizante do modo como a gestão municipal é feita, procurando valorizar o que deve ser valorizado, alertar para o que deve ser alertado, solicitar correções para o que entendemos dever ser corrigido”. Hoje, contudo, o discurso será mais brando e menos longo, uma vez que o tempo de maio aconselha a olhar mais para o futuro que para o passado, o sabendo que o ano de 2017 é um ano centenário de fenómenos religiosos e políticos que marcaram o passado recente; podemos lembrar, para os crentes, a história de Fátima, aproveitando para saudarmos a vinda a Portugal do Papa Francisco, uma das figuras mais determinantes do tempo presente; podemos lembrar para os crentes na revolução como meio de transformar a sociedade, a Revolução de Outubro, em São Petersburgo, uma cidade especial que, uma vez visitada, se quer logo revisitada. Por isso, em termos de futuro, e sem o texto da Sra. Presidente como guia da nossa intervenção, começemos por saudar a publicação das Leis Orgânicas 1/2017 e 2/1017. Desde a sua introdução na legislação autárquica a hipótese de Grupos de Cidadãos poderem concorrer às eleições autárquicas, sempre dissemos que se tratava de uma armadilha política as condições exigidas para a sua candidatura. Estas duas novas Leis orgânicas vêm aligeirar essas condições, ainda que falte aprovar uma estrutura nacional que possa dar suporte jurídico e político ao conjunto das múltiplas candidaturas que se têm vindo, e continuarão a vir apresentar. Contudo, o Grupo Independente da AM espera que as próximas candidaturas de cidadãos partidariamente independentes saibam aproveitar estas novas condições legais, de modo que correspondam melhor aos anseios das populações que vêm que os seus partidos correspondem menos aos desideratos políticos para que foram criados. É claro que, da nossa parte, depois da experiência que vimos neste mandato, aumentámos as nossas reservas sobre a real capacidade de resposta política que essas candidaturas possam ter em Lagos. Oxalá que estejamos enganados, o que significaria que os lacobrigenses tinham aumentado as suas alternativas de boa governação, obrigando os partidos político locais a fazer a reflexão que os novos tempos democráticos exigem. Não basta celebrar o 25 de Abril, como o fizemos recentemente, com brilhantismo – daqui saúdo a organização



Fl. 69v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

operativa, com especial agrado aos membros do núcleo de apoio da AM (obrigado Jorge e Xana), bem como a organização municipal que teve na Sra. Vereadora Sara Coelho a liderança serena que pode levar a efeito alterações que amentaram a beleza dessa madrugada de um sonho lusitano. Não basta celebrar o 25 de Abril, dizíamos; é preciso que o que dizemos nesse dia seja mesmo um compromisso de honra para que todos os intervenientes saibam cumprir os grandes desafios que a democracia de Abril. Para os partidos, coligações e grupos de cidadãos, mas, também para todos os seus membros. Dito isto, Sra. Presidente, informamos que não nos iremos debruçar sobre o seu texto. Estranhamente para mim, e porventura para si, o meu texto escrito acaba aqui. Depois de termos dito, favorável ou desfavoravelmente, tanta coisa e depois de termos visto até onde podemos influenciar as decisões municipais, não vemos necessidade, em período de Abril, fazer qualquer comentário ou questionamento. Por isso, antes de concluirmos vamos para perguntar à Sra. Presidente o seguinte: sabemos que a CM elaborou o relatório de avaliação de grau de observância do respeito pelos direitos e garantias da oposição, nos modos a que se refere a Lei 24/98. A pergunta que faço, Sra. Presidente, uma vez que o Grupo Independente não recebeu relatório, se o mesmo já foi enviado aos titulares do direito de oposição, a fim de que sobre eles se pronunciassem? Como nenhum titular exigiu, até agora, a discussão pública do relatório nesta assembleia, como o exige a Lei, por isso, eis a razão da minha pergunta. Agora, sim, Sra. Presidente, permita-me que a não acompanhe pela via Ápia do seu texto informativo, não interpretando este facto como menor apreço pelo seu trabalho político, bem como pela execução do mesmo pelos seus assessores, um dos quais se encontra presente nesta sala. Sr. Presidente da Mesa, por agora é tudo. Obrigado.”-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) (2.ª Secretária) começou por dar os parabéns à Câmara Municipal pela realização do Festival dos Descobrimentos. Perguntou para quando a divulgação do relatório que a Câmara Municipal tinha anunciado em 2016, sobre a venda ambulante. Sobre a Praia da D. Ana, questionou o que estava previsto fazer para regularizar a praia depois da intempérie. Relativamente à estrada da Meia Praia, disse que tudo se perspectivava para que o Verão de 2017, voltasse a ser igual a tantos outros, relativamente às dificuldades de acesso, uma vez que a obra na referida estrada, enumera vezes mencionada, não se iria ainda concretizar. Disse que a limpeza do Centro Histórico continuava com graves deficiências. Sobre o incêndio verificado no Centro Histórico, perguntou se as bocas-de-incêndio tinham funcionado bem ou não, se as mesmas eram monitorizadas regularmente e se tinha sido verificado algum constrangimento no acesso por parte das viaturas dos bombeiros ao local do incêndio. Disse existir no Concelho diversas ruas com grande inclinação, com pavimento irregular, onde vivem pessoas de idade o que torna a rua perigosa, pelo que perguntou se estariam previstas intervenções nessas ruas. Referiu que o Grupo Municipal LCF tinha ficado bastante agradado com o facto de ter sido publicado o novo Estatuto Jurídico dos Animais.---

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) perguntou para quando o Regulamento do Canil. Referindo-se às obras que decorriam na Rua Gil Vicente, perguntou se a mesma estava atrasada ou estava a decorrer dentro do prazo estabelecido. Disse ver



com grande preocupação o aumento dos valores referentes às perdas de água. Referiu que uma das análises efectuada à água para consumo humano, tinha um dos parâmetros que não estava conforme, pelo que perguntou se a questão já estaria resolvida. Congratulou a Câmara Municipal por ter feito uma reparação no piso da Ponte Dona Maria, no sentido Lagos – Meia Praia.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) começou por enaltecer o Festival dos Descobrimentos e o apoio dado pela Câmara Municipal às associações que participaram no evento. Disse ter registado o apoio que a Câmara Municipal tem dado a eventos culturais. Referiu que a intervenção realizada no Centro Cultural tinha deixado o equipamento bem melhor. Realçou o apoio da Câmara Municipal ao associativismo desportivo. Disse que a boa situação financeira do Município, na presente data, não significa que não se altere num futuro próximo, pelo que o pagamento do PAEL deveria ser bem ponderado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) reforçou as preocupações levantadas por anteriores oradores relativamente à habitação social, o aumento dos números relacionados com apoios sociais. Informou que, recentemente, a Presidente de Câmara de Tomar tinha sido condenada pelo Tribunal, a pagar, do seu bolso, uma indemnização de cerca de sete mil euros, pela falta de resposta a um requerimento feito por um Município, servindo o exemplo para lembrar que existe leis que podem penalizar, gravemente, os bolsos dos Presidentes das Câmaras Municipais, por não responderem a requerimentos. Saliu as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, por todo o País. Sobre a nota informativa da Câmara Municipal sobre as comemorações do 25 de Abril em Lagos, disse que a mesma tem fotos dos discursos do Presidente da Assembleia e da Presidente da Câmara Municipal e das intervenções da Assembleia da Juventude, faltando fotografias das intervenções dos Grupos Municipais. Disse que a proposta aprovada pela Assembleia Municipal no sentido de serem colocados painéis no Bairro 25 de Abril, na Meia Praia e em Bensafrim, com poemas que Zeca Afonso escreveu, dedicados aos locais mencionados, foi feita com o intuito dos painéis ficar no local e não apenas lá permanecerem durante as celebrações do 25 de Abril e tem conhecimento que o painel colocado na Meia Praia tinha sido colocado e depois retirado, pelo que questionou o porquê de tal situação.-----

-----O Sr. Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) questionou sobre o ponto de situação do concurso para limpeza das linhas de água de Bensafrim e Barão de São João e da conduta para fornecimento de água a Bensafrim. Solicitou informação relativamente ao abastecimento de água às localidades da Pedragosa e do Colégio e sobre o projeto de ampliação do cemitério de Bensafrim. Sobre o painel com o poema de Zeca Afonso sobre Bensafrim, disse que na altura em que foi aprovada a proposta mencionada pelo Sr. José Manuel Freire, tinha ficado com a ideia de que o painel seria para estar exposto apenas na altura das comemorações do 25 de Abril, no entanto a Junta de Freguesia tem previsto colocar um painel alusivo ao Zeca Afonso, no Largo do Mercado, onde constará o poema dedicado a Bensafrim, escrito por aquele autor.-----



Fl. 70v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. José Santos (BE) disse que tinha ouvido falar na pouca pressão da água nas bocas-de-incêndio aquando do incêndio verificado no Centro Histórico, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o assunto. Sobre uma notícia da comunicação social em que dava conta que Lagos tinha substituído viaturas a gasolina por viaturas elétrica, perguntou quantas viaturas elétricas a Câmara Municipal tinha. Disse que a rega das zonas verdes, muitas das vezes rega tudo menos os espaços ajardinados, ou não funcionam.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) (2.^a Secretária) disse que os parques infantis tinham uma deficiente manutenção, pelo que a mesma deveria ser entregue a privados, conforme proposta anteriormente apresentada pelo Grupo Municipal LCF, tendo questionado a Câmara Municipal sobre o que esta tencionava fazer em relação ao assunto. Referiu que a escola Tecnopolis tinha graves problemas estruturais e que as escolas do Concelho careciam de espaços com sombra, pelo que perguntou se isso estava contemplado nas intervenções que iam ser realizadas em algumas escolas do parque escolar. Solicitou o ponto de situação relativamente à obra da escola Sofia de Mello Breyner.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que actualmente não é possível misturar peões e ciclistas, no entanto isso verifica-se em diversos locais do Concelho, assim como verifica-se situações bizarras em relação às cicloviárias, pelo que perguntou que projectos tinha a Câmara Municipal no sentido de resolver estas situações.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) perguntou que ruas estavam contempladas, no Centro Histórico, pela intervenção referente ao pavimento e às infraestruturas de águas e esgotos. Solicitou o ponto de situação relativamente à candidatura para aquisição de veículos eléctricos pela Câmara Municipal. Questionou sobre o balanço feito relativamente à participação do Município na BTL. Congratulou a Câmara Municipal por esta ter sido a primeira Câmara do Algarve a ter um cemitério para animais, concretizando assim um projeto vencedor do Orçamento Participativo e questionou sobre a capacidade do mesmo e se irei haver um Regulamento para este cemitério. Relativamente a Lagos receber o Campeonato Europeu de Patinagem de Velocidade, perguntou que apoio ia dar a Câmara Municipal ao evento.-----

-----O Sr. José Santos (BE) solicitou informação sobre o relatório referente à venda ambulante da Avenida dos Descobrimentos e questionou quem controlava o espaço ocupado pelos vendedores referidos. Sobre o cemitério para animais, disse que já tinha sido lançada a primeira pedra, mas ainda não tinha passado desse evento. Relativamente às autocaravanas estacionadas no recinto da feira, perguntou se a Câmara Municipal tinha chegado a alguma solução para o assunto, uma vez que em anteriores reuniões a Sra. Presidente da Câmara Municipal tinha informado que o assunto estava a ser tratado.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a recolha do lixo tem sido um assunto que tem preocupado muito a Câmara Municipal, sendo que tinham sido tomadas várias medidas no sentido de minorar a situação relativamente à recolha do lixo urbano. Sobre as ervas, disse que os herbicidas a utilizar devem ser biológicos e isso leva que se levantem alguns problemas na limpeza das ervas, o que faz com que a convivência com este tipo de



plantas seja cada vez mais comum. Disse que o novo sítio da internet da Câmara Municipal faz com que o número de atendimentos presenciais, diminua. Referiu que os números relacionados com a ação social estavam devidamente discriminados na Informação. Sobre os sem-abrigo disse que os mesmos estão referenciados pela Câmara Municipal, estando a ser desenvolvidos projetos nesse âmbito em parceria com outras instituições que integrar a Rede Social. Sobre o CCD disse que o mesmo desenvolve um trabalho importantíssimo para todos os trabalhadores da Câmara Municipal, pelo que nada via de mal relativamente ao facto dos sócios terem algum benefício em relação a quem não o era e incentivou os trabalhadores da Câmara Municipal a serem sócios do CCD para usufruírem das vantagens de tal. Disse que o problema de falta de habitação a custos reduzidos vinha-se a agravar, sendo um assunto que terá que ser trabalhado em conjunto com o Governo, uma vez que se trata de um problema generalizado e não apenas local. Referiu que o Festival dos Descobrimentos, tinha corrido muito bem, fruto de um trabalho conjunto entre a Câmara Municipal, as instituições e as escolas do Concelho. Sobre a estrada da Meia Praia, disse que a situação iria manter-se uma vez que o compromisso que uma das unidades hoteleiras tinha assumido, relativamente à participação da obra, ainda não tinha sido possível cumprir. Sobre o funcionamento das bocas-de-incêndio situadas no Centro Histórico, disse ter tomado conhecimento da discussão feita nas redes sociais. Acrescentou ter estado a acompanhar o incêndio que tinha deflagrado no Centro Histórico, no local, tendo testemunhado o grande profissionalismo com o qual os bombeiros presentes combateram o incêndio. Disse que existem ruas em Lagos que não são as mais seguras para peões mais idosos, no entanto as mesmas ainda não iriam ser contempladas com intervenções. Sobre o novo Estatuto dos Animais, disse que a publicação do mesmo demonstra o avanço da civilização. Disse que o Canil Municipal ia ser reforçado com três novos funcionários a contratar, caso as pessoas que concorram ao concurso tenham o perfil exigido para tal. Sobre as perdas de águas, disse haver muitas razões para a diferença entre a água comprada e a vendida. Relativamente à multa que a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Tomar tem que pagar por causa de não ter sido respondido a um requerimento de um cidadão no prazo estabelecido pela lei, disse que se trata de um assunto que está a ser tratado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, uma vez que foi um assunto que preocupou todos os Presidentes de Câmara do País, uma vez que as Câmaras Municipais não conseguem cumprir os prazos dada à falta de pessoal. Disse que todo o processo para resolver, definitivamente, o problema do abastecimento de água a Bensafrim, estava a ser desenvolvido. Referiu que tinha sido aberto concurso para aquisição de cinco viaturas eléctricas. Disse que as falhas relacionadas com a rega dos espaços municipais ajardinados, quando detetados, são resolvidos, dentro da disponibilidade possível, por parte dos serviços. Referiu que os Parques Infantis foram intervencionados recentemente por uma empresa, a qual irá fazer a manutenção dos mesmos. Disse que as sobras nos espaços comuns das escolas é uma preocupação presente na Câmara Municipal. Sobre a obra da escola Sofia de Mello Breyner, disse que as mesmas estavam atrasadas, uma vez que o empreiteiro tinha dificuldades na contratação de pessoal, no entanto a previsão para a conclusão



Fl. 71v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

era a do mês de junho. Referiu que o grande problema da ciclovia era o atravessamento da Ria de Alvor. Sobre as ruas que estavam a ser intervencionadas no Centro Histórico, disse que as mesmas estavam previstas decorrer até ao fim do mês de julho.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, sobre a venda ambulante disse não existir um relatório escrito, apenas tinha sido feito um balanço pelos Serviços da Câmara Municipal, onde foram detetados alguns problemas os quais estavam a ser resolvidos. Sobre a ciclovia, disse não existir em Lagos qualquer ciclovia, apenas existiu um projeto para o Algarve, que, por razões financeiras, tinha sido abandonado em 2008, mas que estava a ser retomado, apesar de existir a barreira da Ria de Alvor. Disse que o Campeonato Europeu de Patinagem de Velocidade era um grande cartaz para o Município.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, sobre o incêndio que tinha deflagrado no Centro Histórico, disse que, efectivamente, uma das bocas-de-incêndio, junto ao Café Oceano, teve dificuldades mecânicas na sua abertura, no entanto tal situação não teve consequências no combate ao incêndio. Relativamente à recolha de lixo, disse que a Câmara Municipal tem feito um grande esforço no sentido de serem corrigidas algumas situações, tendo feito distinção entre quem tem a responsabilidade de recolher RSU e recicláveis, sendo que a Câmara Municipal tinha a responsabilidade sobre os RSU e a Algar pelos recicláveis. Sobre a diferença entre a água comprada e a vendida, disse que as contas só podem ser feitas no final do ano, sendo que estavam a ser desenvolvidos trabalhos no sentido de diminuir as perdas de água. Disse que o areal da praia da D. Ana ia ser regularizado. Referiu que as intervenções que decorriam em diversas ruas do Centro Histórico estavam a decorrer dentro dos prazos estabelecidos. Sobre a limpeza de linhas de água disse que estavam a ser desenvolvidos projectos para os submeter a candidaturas. Disse que o cemitério para animais irá ter quarenta lugares e vai ter um Regulamento específico.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Sara Coelho, disse que a Moção aprovada pela Assembleia Municipal, relativamente aos painéis com poemas de Zeca Afonso, não referia que eram para serem permanentes, pelo que tinha ficado a ideia de que os mesmos eram para ser provisórios. Referiu que as questões relacionadas com habitação estão a ser trabalhadas pela Câmara Municipal. Disse que o apoio social e psicossocial tinha aumentado porque a Câmara Municipal tinha reforçado o seu quadro de pessoal com técnicos para o efeito, na sequência de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e o Núcleo da Cruz Vermelha de Lagos.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que a questão dos químicos para eliminar ervas, conterem glifosato, não reunia consenso no meio científico. Referiu que neste Ponto da Ordem do Dia, podem ser mencionados assuntos que sejam considerados pertinentes pelos Deputados Municipais, que não estejam na Informação da Sra. Presidente da Câmara Municipal. Sobre o prazo de dez dias dado pela lei para que as autarquias respondam a requerimentos e reportando isso ao caso da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Tomar, disse que se tratou de um caso excepcional e específico, porque se fosse para dar continuidade a este tipo de



condenações, dentro de poucos anos as Câmara Municipais eram geridas por Comissões Administrativas, porque nenhuma Câmara Municipal e ou Presidente de Câmara, têm possibilidades para cumprir tais penas. Disse ainda que não quer que o Poder Judicial passe a mandar no Poder Autárquico. Disse que é necessário ter um cuidado especial com a segurança da prova relacionada com o Campeonato Europeu de Patinagem de Velocidade.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que o elevado número de intervenções neste Ponto da Ordem do Dia mostrava que os Membros da Assembleia Municipal tinham, finalmente, percebido qual era o seu papel no Órgão. Referiu que o refeitório municipal, nunca tinha sido, nem era, do CCD, era da Câmara Municipal, pelo que não tinha percebido a intervenção da Sra. Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto. Relacionando os animais com as ervas e com a contratação de mais três pessoas para tratar animais, disse que possivelmente a ideia da Câmara Municipal, ao querer ter mais três funcionários para desempenharem as funções mencionadas, relacionada com o facto de querer acabar com os herbicidas químicos para tratar das ervas, seria de adquirir rebanhos de ovelhas e de cabras, para que estes animais fizessem a limpeza das ervas existentes no Concelho. Referiu que a Sra. Presidente da Câmara Municipal não devia dizer que devemos habituarmo-nos a “conviver” mais com as ervas, uma vez que todos os municípios pagam impostos que devem servir para o tratamento destas situações de acordo com a evolução dos tempos. Disse que a ciclovia do Algarve tinha tido um custo de três milhões de euros e não beneficiava ninguém. Sobre a habitação disse que se a Câmara Municipal e o Estado não a promovem e se os particulares desviam as suas casas para o turismo, retirando as mesmas à habitação permanente, evidentemente que não existem casas disponíveis para as pessoas, ficando prejudicados com esta situação as pessoas com menores rendimentos, pelo que é necessário a Câmara Municipal definir um Plano Municipal de Habitação. Referiu que este assunto da habitação necessita de um debate profundo. Felicitou a Câmara Municipal pelo facto de ter tomado a iniciativa de adquirir veículos eléctricos para a Autarquia, lamentando que o Grupo Municipal do PS ter votado contra, numa anterior Reunião da Assembleia Municipal, uma Proposta de Recomendação para que a Câmara Municipal estudasse a hipótese de reconverter toda a sua frota automóvel para veículos eléctricos. Disse que a Câmara Municipal podia já ter desenvolvido mais trabalho no sentido de aproveitar mais as energias renováveis. Solicitou informação sobre o protocolo realizado entre a Câmara Municipal e o Grupo Sonae.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Proposta sobre os painéis do Zeca Afonso não dizia que os mesmos eram para ser permanentes, mas também não dizia o contrário. Sobre o relatório referente à venda ambulante, disse que quem anunciou o mesmo tinha sido a Câmara Municipal, e até à data o mesmo não tinha sido apresentado à Assembleia Municipal, conforme afirmado em anteriores reuniões da Assembleia Municipal, pela Sra. Presidente da Câmara Municipal. Disse que a decisão do Tribunal sobre a falta de resposta a requerimentos por parte da Câmara Municipal de Tomar, quer se goste, quer não se goste, tratava-se do cumprimento da Lei. Acrescentou que as Câmaras Municipais ao não responderem a requerimentos



Fl. 72v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

no prazo estabelecido pela Lei, revela falta de respeito por parte da Câmara Municipal para com os munícipes e para com os Eleitos Locais, uma vez que a própria Lei refere que se não for possível dar resposta no prazo estabelecido, pode a Câmara Municipal informar o requerendo disso. Sobre a questão relacionada com o CCD, disse que o Sr. José Valentim, na sua opinião, estava a fazer uma má interpretação do assunto.-----

-----O Sr. José Santos (BE) reforçou as palavras do Sr. José Manuel Freire, sobre o relatório da venda ambulante. Relativamente à rega gota a gota, das zonas verdes municipais, disse que a responsabilidade das mesmas é da empresa que a Câmara Municipal contratou para o efeito. Sobre as ervas disse preferir viver com as mesmas do que com os glifosatos. Sobre requerimentos feitos por Deputados Municipais à Câmara Municipal, disse que o último feito pelo Grupo Municipal do BE tinha sido feito havia cento e trinta e seis dias, e ainda não tinha obtido resposta.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) (2.ª Secretária) disse que o Grupo Municipal LCF, tinha ficado muito satisfeito com a informação referente à aquisição de veículos ecológicos para a Autarquia. Referiu que os herbicidas são amigos do ambiente e não das plantas e o que é pretendido é que o Município de Lagos seja cada vez mais sustentável. Sobre o glifosato disse que apesar de não existir consenso científico sobre o mesmo o recomendável é não utilizar herbicidas com este químico. Ainda sobre a limpeza urbana, disse que a limpeza das ruas do Centro Histórico está aquém do desejável.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) elogiou o trabalho desenvolvido pelos bombeiros no combate ao fogo que deflagrou no Centro Histórico. Disse que a lei atual obriga os empresários a terem medidas de autoprotecção e projectos de segurança contra incêndios aprovados, mas isso nem sempre se verifica, o que pode deitar tudo abaixo, aquando da deflagração de um incêndio. Acrescentou que as Autarquias aqui também têm um papel importante, uma vez que estas têm que receber os projetos de arquitetura e de especialidade e articular as medidas com os planos da Câmara Municipal. Disse que com a mudança que o Centro Histórico tem sofrido era importante quantificar-se a carga térmica que existe no Centro Histórico, para prevenir situações de perigo. Referiu ser importante manter as bocas-de-incêndio operacionais, e por vezes isso não se verifica.-----

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À REVISÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-590-19.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que o Grupo Municipal LCF congratulava-se com tudo o que tivesse a ver com poupança de energia, pelo que anuncio o voto favorável do Grupo Municipal na proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----



-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À REVISÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE LAGOS.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 45/AM/2017:**

-----**Autorizada**, por unanimidade, a revisão ao Anexo I do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Lagos, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de março de 2017.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS - 2017:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-590-20.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) perguntou se os lugares constantes na proposta em apreciação era a acrescentar aos que acompanhavam o Plano e Orçamento para 2017.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, esclareceu que os lugares em causa eram novos.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD não queria dificultar a gestão municipal, no entanto era da opinião de que a proposta apresentada pela Câmara Municipal, deveria ter vindo melhor fundamentada.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS - 2017.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 46/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a alteração ao Mapa de Pessoal para 2017, que consiste no reforço dos seguintes postos de trabalho: oito Assistentes Técnicos (Administrativo); quatro Assistentes Operacionais (Auxiliar de Serviços Gerais); quatro Assistentes Operacionais (Cabouqueiro); um Assistente Operacional (Calceteiro); três Assistentes Operacionais (Pedreiro) e três Assistentes Operacionais (Tratador de Animais), nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 19 de abril de 2017.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ÚNICOS PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-590-21.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva



Fl. 73v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) perguntou se a intenção era que todos os procedimentos concursais contantes na documentação fossem desenvolvidos ao mesmo tempo por questão de poupança.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, respondeu afirmativamente à questão.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que lhe tinha chegado a informação de que em anterior concurso para técnico superior de gestão, todos os concorrentes tinham tido nota inferior a sete e por isso o concurso não tinha sido preenchido, pelo que perguntou se tal facto era real. Referiu haver trabalhadores na Câmara Municipal com formação na área pelo que perguntou o porquê da Câmara Municipal não optar por fazer mobilidade intracarreiras.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que os concursos em causa serão abertos a pessoas com ou sem vínculo à função pública e é assim que as instituições públicas devem funcionar, ou seja, dar igual oportunidade a todos, pelo que referiu que o acesso ao refeitório municipal, por parte dos trabalhadores da Câmara Municipal, dever-se-ia pautar por esta essência.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que todos os funcionários da Câmara Municipal têm acesso ao refeitório municipal, a diferença que existe é no preço, havendo um preço ligeiramente mais baixo para os sócios do CCD, situação com a qual concordava. Sobre o concurso de técnico superior de gestão, disse que a informação que teve era a mesma que foi transmitida pelo Sr. Rui Araújo, por isso o concurso em causa ter sido anulado. Em relação à mobilidade disse que essa questão não tinha sido colocada em cima da mesa.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ÚNICOS PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO**.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 47/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a abertura de 17 procedimentos concursais únicos, tendo em vista a constituição de vínculo de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento dos seguintes postos de trabalho: 1 Assistente Operacional (Calceteiro); 2 Assistentes Operacionais (Canalizador); 5 Assistentes Operacionais (Cantoneiro de Limpeza); 2 Assistentes Operacionais (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais); 1 Assistente Operacional (Coveiro); 1 Assistente Operacional (Fiel de Mercados e Feiras) e 3 Assistentes Operacionais (Tratador de Animais; 1 Técnico Superior (Engenharia Alimentar) e 1 Técnico Superior (Gestão), no âmbito dos quais se podem candidatar, simultaneamente, os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, tudo isto ao abrigo do disposto no n.º 5 do Artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 19 de abril de 2017.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que o dia da Europa, dia 9 de maio, ia ser celebrado em Lagos em colaboração com a



CCDR Algarve.-----
-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----
-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----
-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), eram 0 horas e 19 minutos, da madrugada do dia 3 de maio, declarou encerrada a Sessão.-----
----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

